

Sumário

Introdução	17
------------------	----

Capítulo I

O princípio da proibição do retrocesso e a contribuição da hermenêutica filosófica

1. A contribuição da hermenêutica filosófica	21
1.1. Um árduo caminho: o repúdio à tradição inautêntica e o retorno às fontes ..	21
1.2. Aristóteles, o surgimento da metafísica e suas imbricações no racionalismo moderno	24
1.3. A hermenêutica filosófica e seus pressupostos	26
1.3.1. O romper com o pensar metafísico: da metodologia ao existencial ..	26
1.3.2. Compreensão e linguagem	30
1.3.3. Tradição, diálogo e círculo hermenêutico	33
1.3.4. A verdade na hermenêutica filosófica	37
1.3.5. A hermenêutica filosófica como instrumento de ruptura	39
2. A aplicação dos pressupostos da hermenêutica filosófica para o necessário rompimento com o paradigma liberal-individualista e o des-velar do Estado Democrático de Direito	42
2.1. A necessária consciência histórico-efetual para a compreensão do surgimento do Estado Liberal e de seus institutos	42
2.2. A dogmática jurídica e seus institutos a serviço do estado liberal	47
2.3. A evolução ao Estado Social e a incorporação do papel interventor	51
2.4. O Estado Democrático de Direito como síntese dos modelos anteriores e de como é necessário (re)pensar o modo-de-ser do direito contemporâneo ...	54
2.5. O Estado Democrático de Direito: caminhos para superação das crises ...	59

Capítulo II

O princípio da proibição do retrocesso e o duplo viés do princípio da proporcionalidade

1. Elementos para a construção de uma teoria da Constituição adequada ao paradigma do Estado Democrático de Direito	63
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2. O dirigismo constitucional, resgate de promessas e direitos fundamentais	74
3. A Constituição e os direitos fundamentais	78
4. Direitos fundamentais sociais e o dever de agir do Estado: a proibição da proteção deficiente e a proibição do retrocesso social	82
5. Elementos para a atribuição de sentido à proibição do retrocesso social: o desafio da marcha rumo ao sentido do “ser”	86
6. As implicações da Proibição do Retrocesso social nos poderes do Estado: políticas públicas, liberdade de conformação legislativa e da necessidade de uma intervenção substancialista por parte do Poder Judiciário	95
6.1. O princípio da proibição do retrocesso e as funções estatais	95
6.2. Da necessidade de uma administração pública compromissária	97
6.3. O Poder Legislativo e a proibição do retrocesso social	101
6.4. O Poder Judiciário e o intervencionismo substancialista	103

Capítulo III

A proibição do retrocesso social:

o Estado da arte e o discurso decisório do STF

1. O Tribunal Constitucional Português	109
1.1. O caso do Acórdão 39/84	109
1.2. O caso do Acórdão 509/02	114
2. Decisões em Tribunais brasileiros	119
2.1. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região	119
2.2. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	121
2.3. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	127
2.4. Algumas considerações	129
3. O discurso decisório do STF	130
3.1. O julgamento da ADIn 3.103-8	130
3.1.1. A questão envolvida	130
3.1.2. A posição minoritária do STF: os argumentos em favor da proibição do retrocesso	132
3.1.3. O entendimento majoritário do STF a respeito da matéria	135
3.2. Julgamentos do STF a respeito do instituto do direito adquirido	137
3.3. O STF e o princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança	140
3.4. Análise do posicionamento majoritário do STF a partir dos pressupostos da hermenêutica filosófica	141
Considerações finais	144
Referências bibliográficas	149